

FH defende a preservação dos rios

Documentação

IBAMA

Assunto: JB

Data: 28/7/99 Pg. 5

Class: 20

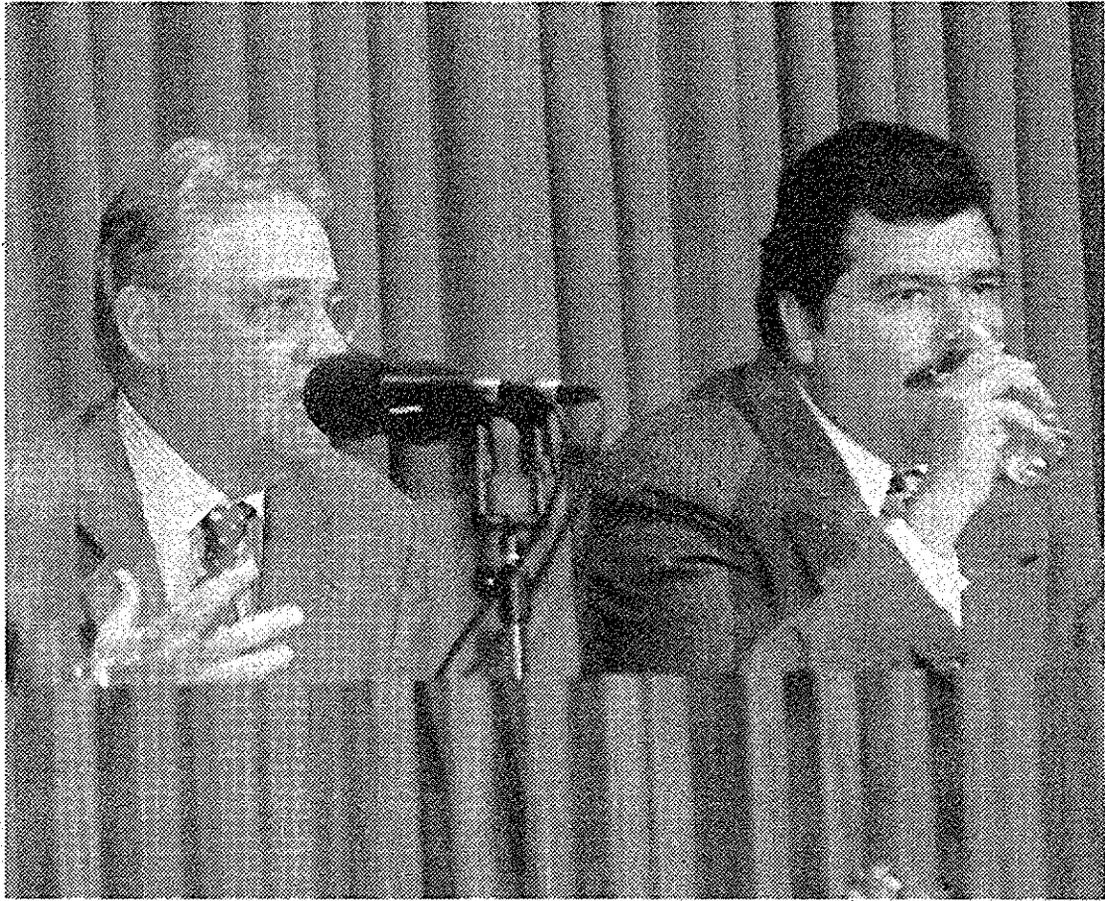
■ Presidente insiste na criação de regras para o uso da água

FABIANO LANA E LUCIANA JULIÃO

BRASÍLIA - Ao defender a criação da Agência Nacional de Águas (ANA), o presidente Fernando Henrique Cardoso afirmou ontem que regras para utilização dos rios são fundamentais para a preservação dos recursos hídricos do país. "É preciso evitar uma incompreensão da questão. Não se trata de privatizar rio nenhum; é o contrário: trata-se de criar regras que permitam a utilização continuada pelas gerações futuras do recurso indispensável à sobrevivência humana que é água", disse o presidente na abertura do seminário Discussão de Anteprojeto de Lei sobre a Agência Nacional de Águas (ANA), no Palácio do Planalto.

"Temos que eliminar a utilização caótica dos rios. É o oposto da idéia de privatizar. Tudo isso tem que ser visto sob o ângulo do interesse público", disse Fernando Henrique, que também pediu a participação de toda a sociedade no debate sobre o projeto da agência. "O projeto requer considerações que precisam se ampliar para os interessados diretos."

Benefício - O presidente propôs benefícios para os industriais que poluírem menos as águas. "É preciso que se entenda que o setor industrial é o que mais polui, além do esgoto urbano, das pessoas. Que haja alguma regra que induza a poluir menos, haja algum mecanismo de preço que tenha alguma vinculação com o benefício eventual que se possa ter de não poluir", disse. O projeto de lei de criação da ANA, que será enviado ao Congresso



Fernando Henrique, com o ministro do Meio Ambiente, Sarney Filho, negou privatização de rios

no início de agosto, já prevê que a cobrança pelo uso e poluição da água será gradual: quanto mais dejetos o usuário lançar na água, mais terá que pagar.

Fernando Henrique lembrou que os recursos hídricos precisam de investimentos que necessitam de retorno. "A idéia de que os recursos hídricos são um bem à disposição é uma idéia um pouco falaciosa porque custam dinheiro e é preciso ver quem paga. É preciso definir também de que maneira se vai conseguir que os recursos utilizados sob forma de investimentos possam ser reavidos por quem os utilizou, pelo governo ou setor privado. A matéria que não é nada fácil."

O que precisa ser evitado, se-

gundo o presidente, é a utilização desordenada dos recursos hídricos. "É preciso regulamentar melhor essa questão para que a água seja um bem público e que não reine aí a lei da selva hídrica, que exige o usuário do rio de ter responsabilidade com o uso da água", disse.

A Agência Nacional de Águas, para Fernando Henrique, sintetiza a mudança que o atual governo está fazendo no Estado brasileiro. "É uma forma de estruturar o Estado. E são órgãos que se fazem de elo entre o consumidor, a população mais ampla, o cliente, o investidor privado e a administração pública", disse, referindo-se à atuação das agências de regulamentação.

No seminário, que contou com a participação de secretários estaduais de recursos hídricos, algumas divergências evidenciaram problemas para a criação da ANA. Citada por Fernando Henrique em seu discurso, a transposição do Rio São Francisco, para abastecer de água os estados da Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará e Pernambuco, opôs representantes regionais. "Ser contra a transposição é uma atitude mesquinha de estados que querem uma compensação financeira para nos ceder a água", disse o secretário de Recursos Hídricos da Paraíba, Ivo-naldo Elias de Lima. Os estados de Minas Gerais, Bahia, Alagoas e Sergipe temem ser prejudicados com a transposição.

Brasília - Fernando Bizerra Jr.